

ANGELA GILLIAM
Evergreen State College

Globalização, identidade e os ataques à igualdade nos Estados Unidos:

esboço de uma perspectiva para o Brasil*

67

Tanto nos Estados Unidos como no Brasil, estão a surgir novos cruzamentos quanto ao entendimento geral daquilo que se entende por «raça». Partindo de uma reflexão sobre as formas de erosão do princípio da igualdade resultantes da dinâmica de globalização económica, percorrem-se vários aspectos da actual (re)-construção social do conceito de

raça nos dois países; as diferentes reformulações a que tem vindo a ser sujeito o princípio da affirmative action na luta política dos anos noventa são um sintoma revelador das tensões violentas que atravessam a questão da identidade e, desde logo, da identidade racial, tanto na sociedade norte-americana como na brasileira.



objectivo deste ensaio é percorrer várias conjunções culturais complexas: a globalização da economia como ali-cerce para os ataques ao princípio da igualdade; a consolida-ção do trabalho não remunerado nas prisões dos Estados Unidos; o discurso da neutralidade racial «daltónica» e a sua estreita relação com a perda do princípio da igualdade; a *affirmative action*, o debate multipolar-bipolar sobre quem é negro no Brasil e o seu impacto na luta contra o racismo.

Introdução

* Partes deste artigo foram utilizadas nas seguintes comunicações: «Hypo-descent, Affirmative Action and 'Imperial Brunetteness': Racial Paradigms in Brazil and the United States in the Twenty-First Century», inserida no Encontro Anual da Associação Brasileira de Antropologia / Primeira Conferência sobre as Relações Raciais e Étnicas na América Latina e nas Caraíbas, 14 a 20 de Abril de 1996, em S. Salvador da Baía; «Contextualizing the Assault against Affirmative Action in the United States: A Tentative Perspective for Brazil», inserida no seminário internacional organizado pelo Ministério da Justiça, «Multiculturalism and Racism: The Role of Affirmative Action in Contemporary Democracies», de 2 a 4 de Julho, em Brasília; «The Brazilian Mulatta: Images in the Global Economy», inserida no encontro da American Studies Association, de 17 a 19 de Abril de 1997, em Guadalajara, México.

Estou grata pela ajuda de Tamika Williams, Sales dos Santos, Tricia Pape-Koller, Harry Koller e Buz Stewart.

Tanto nos Estados Unidos como no Brasil, há novos cruzamentos que estão a surgir quanto ao entendimento geral daquilo que se entende por «raça» e estão a verificar-se alterações na definição das soluções apropriadas para os problemas históricos relacionadas com o passado escravocrático de cada nação. Assim, os conservadores dos Estados Unidos que se opõem à *affirmative action* estão agora a revelar-se como um factor-chave da defesa florescente de uma nova categoria censitária multi-racial susceptível de ser utilizada pelos cidadãos para se classificarem no recenseamento do ano 2000.¹ Embora a estrita interpretação «ou negro ou branco» da identidade racial tenha sido promovida pelos interesses da classe escravagista durante o século XIX, nos finais do século XX, é a população negra dos Estados Unidos que propõe a «hipodescendência», também conhecida como «One Drop Rule» (de acordo com a qual, «basta uma gota» de sangue africano para se ser classificado como «negro») como um sistema menos divisório de identidade racial. E enquanto a *affirmative action* está a ganhar favor entre alguns cidadãos brasileiros, que encaram essa política como uma estratégia incipiente para pelo menos defrontar a tradição racista desse país, outros olham com suspeita para o patrocínio dela pela direita. O que é irónico, assim, é o facto de a *affirmative action* no Brasil ser uma extensão das políticas neoliberais, surgindo associada à privatização da educação, dos cuidados de saúde e de outros direitos dos trabalhadores, enquanto nos Estados Unidos tinha estado historicamente ligada ao movimento pela cidadania plena. E alguns observadores no Brasil têm relutância em aceitar que há um grupo ainda maior de brasileiros que parece aderir ao modelo «ou negro ou branco» de auto-identificação e de análise das relações raciais.

Nos Estados Unidos, a apropriação da linguagem dos direitos cívicos pela extrema-direita não venceu apenas a *affirmative action* como estratégia nacional pela obtenção desses direitos; o declínio desta acompanhou a investida rumo à privatização e à desregulação.

¹ Embora a categoria multi-racial tenha sido recusada, o governo dos Estados Unidos anunciou, em 30 de Outubro de 1997, que, pela primeira vez, os cidadãos norte-americanos vão poder identificar-se como membros de mais do que um grupo racial no recenseamento e noutros formulários federais no ano 2000.

O impacto da globalização da economia nos Estados Unidos

69

O ataque à *affirmative action* e a outros programas sociais nos Estados Unidos representa uma parte crucial da aplicação no plano interno das políticas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional que têm sido rotineiramente impostas aos países do Terceiro Mundo. Estas políticas sociais e económicas, que promovem a privatização e a desregulação, são conhecidas em África como «políticas de ajustamento estrutural» e, na América Latina, como «neoliberalismo», e são apresentadas publicamente, em todo o mundo, como o caminho do futuro e a única direcção possível para o desenvolvimento económico. A privatização é, contudo, a componente central da acumulação de riqueza mundial nos grandes centros empresariais. Por todo o lado, os programas sociais governamentais de ajuda aos pobres estão a ser eliminados e/ou privatizados, o que transfere inevitavelmente as missões das instâncias envolvidas de uma lógica de serviço para uma lógica de lucro. A variante ideológica desta tendência centrada no mercado é o enquadramento destas políticas na linguagem da liberdade e da maior democracia para todos, e é assim que se tem apropriado e deturpado o discurso da luta contra o racismo e contra a opressão sexual e de classe.

Por exemplo, nos Estados Unidos, o próprio conceito de *affirmative action*, enquanto política para ajudar as minorias a conseguirem acesso a instituições antes inacessíveis por motivos raciais, tem sido rotulado como racismo às avessas. A *affirmative action* enquanto princípio assenta no Movimento pelos Direitos Cívicos e na lei dos Direitos Cívicos de 1964 com ele relacionada, e visava eliminar o desequilíbrio entre os sexos e a discriminação racial no local de trabalho e na escola. Não era uma preferência racial, mas antes um instrumento através do qual seriam eliminadas as preferências antes atribuídas a outros grupos de elite.

A acusação por parte da direita de que o politicamente correcto resulta de uma exagerada e anacrónica acentuação do igualitarismo pela esquerda foi transferida para outros países, num mundo em que a produção das ideias é cada vez mais influenciada pelos *media* dos Estados Unidos. Da Austrália ao Brasil, os jornais utilizam o conceito de «politicamente correcto» como se se tratasse de um facto histórico e não de uma ideologia. Nos Estados Unidos, a simples menção do facto de que num local de trabalho só há brancos significa ser-se racista, por se ter *reparado*, e estar a seguir a lógica do «politicamente correcto».

Este ataque à igualdade teve início durante a administração Reagan, altura em que o «igualitarismo radical» começou por ser uma formulação para justificar o emergir do novo discurso. Juntamente com a chamada reforma da segurança social e com as políticas anti-imigração, os conservadores norte-americanos e os *mass media* puseram em causa o conceito de *affirmative action* enquanto área legítima de preocupação governamental. A deslegitimação da ideia de uma sociedade igualitária representa, assim, uma transformação bem sucedida da matriz dominante da identidade nacional, afastando-se do princípio central de uma igualdade obtida pela cidadania plena.

Muitos trabalhadores dos Estados Unidos estavam conscientes de que as políticas ligadas à luta pelo igual acesso à cidadania — ainda que imperfeitas — representavam os avanços mais importantes no sector laboral na última parte do século XX (Scott, 1997a). Outros, no entanto, não foram capazes de detectar em que medida a diabolização de programas sociais como a *affirmative action* ou a assistência social, e a sua redefinição como sistemas de quotas exclusivas ou como dependência parasítica, respectivamente, afectou as oportunidades de *todos* os trabalhadores no clima actual de expansão capitalista. O *workfare* — o trabalho virtualmente gratuito que vem sendo instituído como requisito para as pessoas que recebem ajudas da segurança social — ameaça destruir os direitos dos trabalhadores. Há já quem tenha estabelecido uma associação entre o *workfare* e a escravatura.

William L. Clay, membro do Congresso pelo Missouri e o representante mais destacado do Partido Democrático no Comité Educacional, afirmou que o desejo dos Republicanos de pagar salários abaixo do mínimo aos participantes no *workfare* «lembra-me a cruel exploração do trabalho humano pela escravatura». (Pear, 1997: A18)

A crise actual reflecte-se de forma particularmente notória na situação dos trabalhadores mais velhos vítimas de processos de reestruturação (*downsizing*) antes de adquirirem o direito à reforma.

Uma trabalhadora nova-iorquina já de idade, de quem ouvi falar, foi despedida do seu emprego de mais de 8 dólares por hora, depois de um número considerável de anos de trabalho e de especialização nas tarefas correspondentes. Não conseguindo

arranjar outro emprego, teve de recorrer à segurança social e, como resultado, acabou por ter que aceitar *workfare*, tal como os novos regulamentos exigem. O que é irónico é o facto de ter acabado por ficar no seu velho emprego, mas, desta vez, ganhando 1,15 dólares à hora, para além de ter perdido o direito a cuidados de saúde e à reforma que possuía anteriormente. (D'Amico, 1996)

Mas as direcções tradicionais dos sindicatos só minimamente têm atacado o poder empresarial e não consideram os beneficiários da segurança social como parte do movimento operário. Além disso, devido à sua tradicional relutância em ligar a luta pelos direitos dos trabalhadores à luta contra o racismo, os sindicatos têm-se enfraquecido tanto interna como externamente. Só agora, num momento de crise económica para os trabalhadores, as direcções sindicais fazem um esforço por manter presente a relação entre a raça, o sexo e a classe.

O presciente sociólogo negro DuBois teve perfeita noção deste problema em 1935, ao definir o combate à escravatura como o início do movimento dos trabalhadores, apesar de os trabalhadores brancos terem demorado a tomar o lado dos escravos na batalha (DuBois, 1992).

DuBois defendia que a supremacia branca destruíra, não só a unidade da classe trabalhadora, mas a própria visão de muitos trabalhadores brancos. [...] DuBois considerava que este mundo e esta nação teriam sido melhores e tido uma maior consciência de classe, se a herança da escravatura e do racismo não tivesse levado a classe trabalhadora a atribuir um valor especial ao facto de se ser branco. Embora estas posições tenham sido criticadas como essencialistas por alguns neo-marxistas e pós-marxistas, parecem-me, todavia, um modelo que nos dá a franca possibilidade de passarmos a considerar a cor branca do trabalhador branco dentro do contexto mais vasto da estrutura de classes, em vez de nos limites estreitos da concorrência no trabalho. (Roediger, 1991: 13)

No entanto, cada vez mais os trabalhadores comuns exigem participar no debate sobre quem é trabalhador e, ao mesmo tempo, requerem uma análise mais global dos problemas com que se debatem. Esta associação de questões laborais de âmbito interno e de âmbito internacional cresce progressivamente nos Estados Unidos, apesar da força do individualismo nos discursos dominantes sobre a identidade nacional. Por exemplo, de 14 a 17 de Maio de 1997, um

grupo, formado maioritariamente por trabalhadores indiferenciados e pertencentes a minorias étnicas, do Northwest Labor and Employment Law Office (LELO) de Seattle, Washington, reuniu fundos que permitiram juntar trinta e cinco trabalhadores de onze países para discutir a crise económica que atinge os trabalhadores em todo o mundo.² O encontro de Seabeck partia do princípio de que os trabalhadores comuns devem participar no debate acerca do que se passa no mundo e contestar a ideia de que devem ser outros a falar por eles.

Os novos trabalhadores do *workfare* não são bem recebidos por assalariados mal remunerados que temem ser substituídos ou ver reduzido o seu horário de trabalho. As trabalhadoras dos serviços domésticos e das *sweatshops*³ não têm qualquer voz no movimento das mulheres da classe média. Os trabalhadores de cor lutam pela igualdade e pela justiça, mas não conseguem ser ouvidos pelos dirigentes do movimento pelos direitos cívicos em Washington, D.C., que afirmam representá-los. Há milhões de trabalhadores por todo o mundo que não têm voz. (Scott, 1997: J3)

Surpreendente para os participantes no encontro de Seabeck foi o facto de muitas das histórias sobre o impacto da privatização nos respectivos países serem comuns. Todos sublinharam o fosso crescente entre ricos e pobres. Dentro dos Estados Unidos, esse fosso é o maior desde a Segunda Guerra Mundial e vai crescendo à medida que os mais abastados se vão apoderando de uma parte cada vez maior dos recursos internacionais. Além disso, há uma perda de direitos laborais e de regalias como o direito a cuidados de saúde, e os salários vão diminuindo progressivamente, assim como os próprios empregos. À medida que a privatização vai sendo vista como a vaga do futuro, considera-se que o papel do Governo é o de criar a sua própria obsolescência e ir-se reduzindo, de forma a ficar «reformado». A privatização significa mais trabalho barato nas indústrias de serviços.

O que Salaciel Vilela, dirigente sindical brasileiro e trabalhador do metropolitano, descreveu sobre o seu país foi repetido por outros nesta Conferência: «com os problemas do desemprego, saúde, educação e emprego e o plano do

² A autora está ligada ao Northwest Labor and Employment Law Office (LELO), tendo ajudado a organizar o Encontro de 14 a 17 de Maio, 1997, em Seabeck, Washington.

³ *Sweatshops* são oficinas onde se trabalha longas horas, em condições muito más e recebendo salários baixos. (N.d.T)

Governo para privatizar os sistemas de prestação de cuidados de saúde, o Brasil está a sofrer um massacre internacional» (Vilela, 1997).⁴

Desde que os trabalhadores dos Estados Unidos começaram a ser bombardeados com a noção de que a economia nacional está a crescer, ainda que a sua vida vá ficando mais difícil, torna-se ainda mais desafiador fazer frente à correlação internacional de forças que afecta as suas vidas a nível local. A cada vez mais desigual economia global associa as questões derivadas da raça, da diferença sexual e da classe em formulações novas e particularizadas. As políticas económicas do FMI e do Banco Mundial promovem uma abordagem de toda a vida social centrada no mercado, o que significa que o consumidor rico passa a definir o desenvolvimento e a expansão capitalista como uma melhoria relativamente à situação anterior.

Para além disso, a perda do sector público afecta principalmente as mulheres e as crianças, uma vez que tem sido através dos sistemas de apoio do Governo que as mulheres pobres têm sido capazes de manter a sua própria existência e a das suas famílias. Especialmente os *mass media*, nos Estados Unidos como em qualquer outro lado, reproduzem uma narrativa que traça um elo entre a revalorização do patriarcado e a desigualdade crescente. Por isso, as investidas contra os direitos das mulheres no domínio da reprodução e contra a segurança social são inseparáveis, embora as feministas norte-americanas tenham tardado em ligar a economia global aos discursos internacionais sobre as mulheres.

Não obstante a vasta maioria das mulheres que dependem da assistência social nos Estados Unidos ser branca, o ataque aos programas sociais dá continuidade a uma «afrofobia» de séculos (Horne, 1992: 1), porque a assistência social foi pintada de «negro» na imaginação nacional. Assim, as mulheres negras, em particular, foram representadas como «rainhas da assistência social» e parasitas, depois de o Presidente Reagan ter usado publicamente essa expressão. É tentador conjecturar se a direita poderia ter investido tão completamente e em tão pouco tempo contra os princípios da

⁴ Vilela, do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, assistiu à conferência juntamente com outros brasileiros: Thereza Santos, da Assessoria Afro-Brasileira, Secretaria da Cultura de São Paulo, e Eutaquio Vital Nolasco, da Corrente Sindical Classista da CUT. O relatório escrito por Vilela para o seu sindicato, «Sindicato participa de reunião internacional de trabalhadores», está disponível em *Plataforma. Publicação do Sindicato dos Metroviários de São Paulo*, nº 262, 12 de Maio de 1997.

igualdade e da equidade no trabalho se estes princípios não tivessem sido também eles identificados com o parasitismo minoritário e a dependência congénita da assistência social.

Ademais, as relações entre os sexos cruzam-se com a economia global e a modernização. A perda da segurança no emprego e o crescimento da desigualdade também significam uma re-segregação do mercado de trabalho, não apenas no plano da diferença sexual, mas também da «raça». A questão é que as políticas neo-liberais de privatização e desregulação são, na verdade, um estrangulamento económico planeado aos níveis micro e macro. Cada vez mais as nações do Sul servem as do Norte, enquanto um «Sul» interno se vai desenvolvendo no seio das nações industrializadas.

Existe presentemente nos Estados Unidos uma relação de interligação entre quatro factores que está a consolidar o «Sul» interno: 1) a crescente dificuldade em conseguir um trabalho razoável e capaz de garantir a sobrevivência; 2) o desaparecimento progressivo do auxílio financeiro para a educação de estudantes das classes média e trabalhadora e a subida concomitante dos preços da educação; 3) a substituição, nos orçamentos da maior parte dos estados, da percentagem destinada à educação pela reservada à construção de prisões; 4) e o aumento da oferta, no mercado aberto, de produtos e serviços providos das prisões. É a justaposição destes factores que pressagia o desafio mais assustador para os trabalhadores norte-americanos e as suas famílias.

O regresso ao «separado mas igual»

Nos Estados Unidos, a educação está a ser re-segregada de acordo com fronteiras raciais. Com o decréscimo dos esforços governamentais para a integração racial nas escolas, volta a tornar-se rígida a distinção entre escolas frequentadas por brancos e escolas frequentadas por minorias, especialmente negros e latinos. Com efeito, a educação pública está, no seu conjunto, posta a cerco.

Em 1896, na sentença do caso *Plessy vs. Fergusson*, o Supremo Tribunal sancionou a noção de que as escolas e instituições separadas por raças podiam, ainda assim, ser iguais. Esta ideia foi contestada com êxito em 1954, no caso *Brown vs. Ministério da Educação*, que foi, durante muito tempo, entendido como o início da luta pelos direitos cívicos no sentido da igualdade de acesso à cidadania. Até dentro de escolas «integradas», a separação era estruturada, em parte,

por versões de «rastreio» racial, através do qual estudantes inteligentes eram colocados nas salas de aula A ou B, ao passo que os estudantes «atrasados», geralmente negros, eram encaminhados para grupos C ou D, independentemente das notas obtidas (*Sixty Minutes*, 1997). Esta prática resultava frequentemente na colocação dos estudantes brancos em A ou B, ainda que tivessem notas mais baixas do que os estudantes negros em C ou D. Pedregosa (1996) contextualiza o conceito de rastreio histórico e apresenta-o como prova de que a *affirmative action* ainda é necessária neste país.

75

Se eliminassem o rastreio de crianças no sistema educativo, e se as nossas comunidades não estivessem divididas pela raça e pela classe, seria diferente. Mas, neste país, os bairros residenciais desenvolvem-se a partir de quanto se ganha. Por essa razão, em bairros onde as pessoas têm dinheiro, as escolas têm imensos livros, acesso à tecnologia, etc., ao passo que, nos bairros pobres, não temos nada disso.

Mas o início do ataque ao acórdão do caso *Brown...* centrou-se mais visivelmente nas escolas de pós-graduação, em particular nas Faculdades de Direito. No momento histórico actual, as mulheres, sobretudo se são membros de minorias étnicas, são frequentemente consideradas como menos qualificadas do que os seus pares homens e brancos. A ideia é transposta para as imagens dos *mass media*, que projectam a imagem dos homens brancos como mais inteligentes, mais competentes e mais aptos. As notícias de jornal insinuem que o simples facto de uma dada instituição possuir números significativos de pessoas de grupos minoritários implica, automaticamente e *a priori*, falta de qualificações. Tal suposição, enquanto parte da nova matriz discursiva, significa que a educação superior, por exemplo, está rapidamente a regressar a uma realidade próxima da segregação.

Ao longo da história do país, fazer dos grupos minoritários e dos imigrantes bodes expiatórios tem servido de substituto cómodo e reconfortante para o bem-estar económico e o estatuto social de que a maioria dos brancos carece. E desde que muitos brancos atenuem as suas inseguranças concentrando-se nas supostas incapacidades dos negros, não se aperceberão de que a monopolização da revolução tecnológica pelos grandes grupos empresariais está a criar entre os cidadãos um fosso cada vez maior no tocante à riqueza, ao rendimento e às oportunidades, ao mesmo tempo que vai eliminando continuamente os empregos, que são a pedra angular da estabilidade do país. (Bell, 1997: B7)

A apropriação do discurso e da linguagem da batalha pela igualdade tem sido a estratégia principal da direita e foi através dela que uma tão grande percentagem da população dos Estados Unidos e do mundo aceitou a ruptura da tendência histórica para a igualdade. Este ardil forneceu o quadro para a contestação à *affirmative action* no Texas e na Califórnia. Contudo, as consequências do ataque à *affirmative action* estão a ser sentidas mais cedo do que o previsto.

Entretanto, as estatísticas das matrículas na universidade demonstram que uma política de admissão «racialmente neutra» é coisa que não existe. Se as universidades não levarem em conta a questão das desvantagens, muitos estudantes oriundos de minorias vão enfrentar a perspectiva da re-segregação na educação superior. (*The New York Times*, 1997: E16)

A noção de neutralidade racial e o ideal de uma sociedade na qual a diferença não seja notada é o esquema de articulação dos novos valores racistas. O que torna este esquema tão insidioso é que a neutralidade racial e o «não assinalar» da etnicidade parecem concordar com o pensamento positivo acerca da raça.

**O talismã
da ideologia e
os ataques
neo-liberais
aos
trabalhadores**

Com o objectivo de deslegitimar a *affirmative action*, a direita tem sustentado que «o racismo acabou», daí que a necessidade de reformas sociais tenha sido eclipsada pelos resultados extraordinários alcançados. O objectivo era agora activar o sonho do reverendo Martin Luther King Jr. de uma «sociedade daltónica» (D'Sousa, 1995; Greve, 1996), na qual uma pessoa não seria julgada pela cor da sua pele, mas pela substância do seu carácter. Esse desejo deve, todavia, ser confrontado com a realidade das atitudes e das imagens étnicas negativas, nos Estados Unidos, e com o impacto que essas avaliações negativas têm sobre a existência quotidiana de milhões de cidadãos deste país.

Numa série de inquéritos e estudos nacionais do National Opinion Research Center da Universidade de Chicago, a «opinião de que os americanos estão a aproximar-se de uma sociedade sem preconceitos raciais ou religiosos é facilmente refutada pelos dados sobre representações étnicas recolhidos quando do Inquérito Social Geral de 1990» (Smith, 1990: 4).

Os grupos minoritários são avaliados de forma mais negativa que os brancos em geral [...] os negros e os hispano-americanos são colocados em último ou perto do último lugar [negativamente] em

quase todas as características [...]. Por exemplo, 56,7% dos não-negros classificam a inteligência dos negros abaixo da dos brancos... (*ibid.*: 5-6).

Estas representações étnicas têm-se mantido constantes, tanto a nível regional como nacional, e as estatísticas iniciais têm sido reforçadas por pesquisa subsequente no âmbito do NORC (Smith, 1996). Para além disso, as estatísticas determinam como é que as pessoas vão reagir numa série de situações, como, por exemplo, na decisão sobre quem é criminoso.

Se o «daltonismo» não existe nos Estados Unidos, se as pessoas ainda são de facto julgadas diariamente por «aquilo que não podem mudar», que propósito tem a afirmação de que os Estados Unidos são agora uma cultura daltónica? Alguns investigadores não deixaram de dar a devida consideração a esta questão. Crenshaw tem talvez uma das mais admiráveis explicações acerca das funções sociais e ideológicas do discurso do daltonismo, a partir da qual delineou a sua magnífica desconstrução da reacção nacional ao caso criminal de O. J. Simpson.

É nas áreas da justiça criminal, das relações sexuais inter-raciais e, especialmente, do cruzamento entre ambas, que os hiatos entre a ideologia do daltonismo e a dinâmica do poder racial são mais palpáveis. Por isso, enquanto os especialistas iam repetindo desde o início que este não seria um caso racial, a dinâmica que lhe era subjacente, formando o pano de fundo material e discursivo do caso, fez com que a raça não ficasse de lado durante muito tempo. (Crenshaw, 1997: 99)

Crenshaw denomina por ideologia daltónica o processo de «des-racialização» da raça como um elemento crucial da «re-racialização» da cultura dos Estados Unidos. Outros críticos chamaram a atenção para este padrão ideológico e para o poder que ele concentra no concernente às sentenças proferidas em tribunal e à administração da justiça.

As magistraturas conservadoras adoptam o daltonismo, mas estão fixadas na raça. O que se passa é que elas acreditam que só os eleitores negros possuem uma qualidade racial. (Tang, 1996: B4)

Daí que o branco seja a norma e daí que seja naturalizado. Mas poucos críticos reconhecem quão difundido está este fenómeno na cultura dos Estados Unidos, assim como

não admitem que as propriedades talismânicas ou mágicas das funções performativas do daltonismo estejam ligadas ao momento presente da expansão capitalista. O presente ensaio assume a posição de que o Daltonismo Talismânico é o parceiro ideológico actual do discurso contemporâneo do mercado aberto. Como Rigby explica, «é altamente significativo que o crescimento das formas contemporâneas de racismo (tal como do sexismo moderno) coincida historicamente com a maturação do modo de produção capitalista» (Rigby, 1996: 60).

No mundo de hoje, evita-se cuidadosamente qualquer menção à raça, para não pôr em causa a narrativa da liberdade e da democracia. Acima de tudo, o Daltonismo Talismânico requer um não-reconhecimento consciente e intencional da diferença. Este é uma força motora de tal ordem nos Estados Unidos que pode ser observado na sala de aulas ou em qualquer arena pública onde seja fácil encontrar pessoas de grupos raciais e étnicos diferentes. Além de que o mero uso, num espaço público, de palavras associadas à etnicidade ou à raça frequentemente faz as pessoas em volta calarem-se. Com efeito, o discurso explícito dentro do espaço público pode ser interpretado como agressivo ou ameaçador; dado que a raça e o conflito racial são temas tão comuns nos relatos noticiosos dos *media* norte-americanos, há muitas vezes nas conversas um elemento irreal, já que as pessoas evitam mencionar o óbvio. Apesar de a grande maioria das pessoas do país seguir estas regras informais e implícitas de discurso, o mais comum é que seja um branco a declarar não «ter reparado» na categoria racial de uma pessoa para provar que não é racista.

Outros observadores apontaram também a relação entre o aumento do racismo e a ficção calculista de que as elites não repararam na raça, uma vez que o discurso público não faz menção à diferença. Além disso, o trabalho de certos estudiosos sugere que o Daltonismo Talismânico é internacional e intercultural. Hale (1997) refere-se ao «racismo daltónico» na Guatemala e à combinação do racismo e da análise cultural. Este tipo de «racismo cultural» garante que as relações entre os grupos não sejam raciais, mas sim uma questão de diferença cultural.

Nos Estados Unidos, um dos mais sonoros proponentes do Daltonismo Talismânico afirma que a escravatura não era racista e que a principal causa dos problemas dos negros norte-americanos hoje é o «fosso civilizacional» que existe

entre as comunidades negras e os subúrbios (presumivelmente brancos) (D'Souza, 1995).

No entanto, D'Souza representa um elemento essencial do aspecto talismânico da Ideologia Daltónica: sendo uma pessoa de origem indiana, associa-se a conservadores negros, como Glenn Loury ou Ward Connerly, que legitimam análises de outro modo passíveis de ser consideradas racistas. A própria tez castanha e aspecto visual deles realçam e ampliam o poder dos argumentos de direita, assim validando o «poder racial daltónico».

79

Todos nós vimos recentemente a diminuição drástica da admissão de minorias na Universidade da Califórnia em Berkeley e na Faculdade de Direito da Universidade do Texas, instituições que aboliram as preferências baseadas na raça. Este acto sublinha escandalosamente quanto a raça, e apenas a raça, tem sido usada em vez do mérito nos nossos estabelecimentos de educação superior. (Gingrich e Connerly, 1995)

Teria Gingrich, um político conservador, feito tal afirmação sozinho? Como é que a composição racial desta equipa — um branco, o outro negro — afecta a resposta do leitor? A declaração, parte de um artigo de opinião no *The New York Times*, é uma obra-prima de desinformação. Em primeiro lugar, a política de admissão na Universidade da Califórnia continua a permitir cartas de recomendação de grandes grupos empresariais para influenciar a admissão de elites. Ademais, muitos estudantes (incluindo brancos) admitidos nessas instituições preferiram ir para outras universidades a frequentarem uma instituição identificada com a exclusão (Applebome, 1997).

Os números mais recentes parecem indicar ainda outro efeito da proibição da *affirmative action* nas admissões — uma proibição que será alargada às licenciaturas no próximo ano. Aumentam as provas, segundo os funcionários, de que alguns dos estudantes mais bem preparados e mais competitivos de todas as origens étnicas estão a optar por não irem para a Universidade da Califórnia. (*The Seattle Times*, 1997: A11)

Por isso, o facto de poucos ou mesmo nenhuns estudantes negros frequentarem a Faculdade de Direito da Universidade da Califórnia em 1997, deve-se a razões mais complexas do que as adiantadas por Gingrich e Connerly. E, num paradoxo final que torna ainda mais complexas as manipula-

ções estratégicas subjacentes às posições públicas dos negros «conservadores», Connerly afirmou mais tarde que o artigo do *New York Times* de que fora co-autor com Gingrich fora escrito praticamente sem qualquer colaboração da sua parte.

Quem o escreveu foram os colaboradores de Gingrich e só à última hora é que me mostraram uma versão. [...] Tem a minha assinatura e eu não o renego, mas a única coisa que fiz foram correcções de pormenor à retórica antiliberal. (Bearak, 1997)

Finalmente, o facto de os ricos (geralmente brancos) serem muitas vezes admitidos em instituições de ensino superior sem sequer serem avaliados por resultados de testes não tem sido parte do discurso anti-*affirmative action*.

A educação tem sido uma das vias principais para a melhoria das oportunidades de vida dos pobres, mas o aumento da população prisional e a construção de prisões como indústria de expansão estão ligados tanto à perda da mobilidade social, sustentada pelo acesso à educação entre tanto alcançado, como às soluções para os problemas sociais dirigidas pelo mercado.

O trabalho prisional, a «prisionomia» e o mercado global

As políticas de ajustamento estrutural têm fornecido o contexto, não só para um empobrecimento cada vez mais marcado em todo o mundo, mas também para a *criminalização* da pobreza. Ou seja, a justificação ideológica destas políticas económicas tem sido acompanhada pela diabolização dos pobres. Nos Estados Unidos, a satanização dos pobres tem levado inevitavelmente a racionalizações cada vez mais eficientes da prática do encarceramento de pessoas. O que não é novo, e, pelo contrário, tem crescido extraordinariamente nos últimos anos, é o uso no mercado livre de produtos feitos por reclusos. Além disso, a construção de prisões corresponde hoje a uma das fatias mais volumosas da maior parte dos orçamentos estaduais. As prisões privadas emergiram como uma solução presumivelmente concorrencial para o «problema de habitação do preso». No entanto, o que nos ocupa aqui é a intersecção destes factores com o aumento do trabalho prisional.

Historicamente, o trabalho prisional destinava-se, em certas partes do país, a reproduzir o sistema da escravatura. Por exemplo, por todo o século XIX, os presos eram forçados a trabalhar quase brutalmente de forma a darem lucro; com a

décima terceira emenda, a Constituição dos Estados Unidos eliminou a escravatura, *excepto* no caso dos reclusos.⁵ Numa investigação mordaz da história das prisões na Louisiana, dois jornalistas que aí cumpriam penas de reclusão perpétua proporcionam, devidamente contextualizada, uma história sem paralelo da prisão estadual de Angola, Louisiana.

A direcção da prisão escreveu em relatório que, só no ano de 1896, morreram 216 presos. E estima-se que qualquer coisa como três mil homens, mulheres e crianças detidos (a maioria dos quais negros) tenham morrido de excesso de trabalho, falta de condições adequadas, brutalidade e assassinio declarado, durante esse ignominioso período de trinta anos, de 1870 a 1901. [...] O brutal sistema de arrendamento de presos não terminou enquanto o Estado de Louisiana não retomou o controlo e a direcção do seu sistema penal em 1901. (Rideau e Wikberg, 1992: 36)

Em meados do século XX, Angola tinha uma extensa produção de cana-de-açúcar e todo o recluso que dava entrada tinha de trabalhar nos canaviais da prisão pelo menos durante noventa dias, antes de ser destinado a qualquer outro tipo de ocupação prisional durante o período da pena (Barnes, 1997).

Para sair dos canaviais, era preciso não ter cometido nenhuma infracção, e se as autoridades queriam manter um recluso a trabalhar no campo, tudo o que tinham a fazer era denunciar uma infracção, que podia até referir-se a ter ficado erva a mais no rego que se estava a mondar. Eu trabalhei no campo durante cerca de quatro anos. (*ibid.*)⁶

⁵ Emenda XIII — aprovada em 1865 —, Secção 1: «Nem a escravatura, nem a servidão involuntária, *excepto como punição por crime pelo qual a parte tenha sido devidamente condenada* [sublinhado meu], existirá nos Estados Unidos, ou em qualquer lugar sujeito à sua jurisdição». A Secção 2 estipula que «o Congresso terá poderes para fazer valer este artigo através de legislação apropriada» (extraído de McKissick, 1969: 195-6).

⁶ A entrevista com Arthur Barnes Jr., que passou 11 anos na prisão estadual da Louisiana em Angola, faz parte de um documentário em vídeo em curso de realização, intitulado *Celebrating the Journey: The Life and Times of Arthur H. Barnes, Jr.* Este projecto etnográfico elaborado por Ruth Kelly e Joyce Stahmer, com o apoio da sua professora, Angela Gilliam, acompanha a vida de um «advogado de cadeia» negro, autodidacta, cujos talentos como defensor jurídico não apenas permitiram a vários prisioneiros conquistar a liberdade, como também o levaram a trabalhar (ainda enquanto cumpria pena) nos estados da Louisiana e de Washington para levar avante reformas institucionais nas prisões.

Por todo o país, muitas legislaturas estaduais tinham desenvolvido elaboradas indústrias de prisão para produção de bens apenas para uso de instituições públicas. Por exemplo, Nova Iorque estipula que as instituições públicas (como a Universidade Estadual de Nova Iorque) consultem o catálogo CORCRAFT de produtos feitos na prisão e comprem a essa indústria em primeiro lugar. A não ser que um determinado produto não fosse fabricado pela CORCRAFT, não havia autorização para comprar a outro fornecedor.⁷

O que é diferente hoje em dia é o trabalho prisional para exportação e para o mercado interno. Como refere Parenti, «[...] as prisões estão a tornar-se rapidamente em *maquilladoras* no meio de nós» (Parenti, 1996: 14). Em resumo, o trabalho prisional é o meio através do qual os grandes grupos económicos dos Estados Unidos planeiam competir com a mão de obra barata dos países do Terceiro Mundo. Durante um programa de televisão acerca do trabalho prisional, as vantagens deste tipo de trabalho foram enumeradas por Steve Schwalb, director-adjunto da UNICOR, uma indústria prisional federal responsável pelo funcionamento de cem fábricas numa prisão de máxima segurança da Pensilvânia.

Os presos não estão abrangidos pelo *Fair Labor Standards Act*, as leis do salário mínimo. Não têm direito a reforma, subsídio de desemprego, etc. São trabalhadores, mas não são assalariados [...]. (*Sixty Minutes*, 1996)

Os reclusos recebem qualquer coisa entre menos de 25 cêntimos e 1,15 dólares por hora. Contudo, a informação recolhida no filme *Prison Labor*, *Prison Blues* revela que 80% desse salário vai para o pagamento da sua manutenção e/ou para as famílias das vítimas. Irónico é que a direita norte-americana esteja a propor a tese de que os produtos chineses fabricados em prisões deviam ser proibidos nos Estados Unidos. No entanto, raramente ou nunca se ouve exprimir preocupação acerca do trabalho prisional nos Estados Unidos. A nova crise reside na rentabilização das prisões e na forma como isso está a afectar não só o emprego por todo o país, mas também a justiça. Por exemplo, as empresas priva-

⁷ Nos anos 70, em que a autora representava o seu sindicato na Universidade Estadual de Nova Iorque, dirigentes sindicais do estado de Nova Iorque afirmavam que, se um recluso possuía aptidões complexas ou de aquisição difícil, como as de chapeiro ou torneiro, isso diminuía as suas possibilidades de libertação ou de libertação condicional. A justiça era, assim, condicionada pela necessidade de manter em funcionamento uma indústria multimilionária.

das podem agora estabelecer fábricas dentro da prisão, pagando por vezes apenas um dólar de renda por ano. É esse o montante que a firma Lockhart Technologies paga, após ter eliminado 180 trabalhadores remunerados, de modo a obter mão de obra prisional gratuita, que não beneficia de quaisquer regalias laborais (*Prison Labor, Prison Blues*, 1997).

O trabalho obrigatório dentro das prisões isenta alguns empregadores, a expensas dos contribuintes, da necessidade de pagar um salário que dê para viver [...] o decréscimo dos salários e o apertado controlo laboral beneficiam todos os empregadores e não apenas os que usam trabalho prisional. (Buck, 1994)

83

A construção de prisões — o negócio do «crime» — transformou-se, assim, numa «indústria de expansão» fundamental que reflecte os males da sociedade industrial contemporânea, e é aqui que o problema da privatização regressa em forma mais aguda. Para alguns estudiosos, o medo do crime tingido com cores raciais está a substituir o medo do comunismo antes prevalecente entre os cidadãos dos Estados Unidos.

Isto corresponde a uma tendência estrutural para que o capital que dantes se dirigia para a indústria militar se encaminhe agora para a indústria penal. (Davis, 1997: 274)

Para Lilly e Knepper, a privatização da indústria prisional por empresas com fins lucrativos está a criar uma rede sub-governamental, um «complexo comercial penal» semelhante ao complexo militar-industrial (Lilly e Knepper, 1991: 45).

Os participantes-chave no complexo comercial penal nacional são 1) as grandes empresas privadas especializadas em lucrar com o encarceramento [...]; 2) os órgãos governamentais ansiosos por garantir a continuação da sua existência [...]; e 3) as associações profissionais que unificaram um grupo de outro modo fragmentado (*ibid.*: 41).

O que acontece à justiça e à igualdade neste ambiente? A que conclusão pode chegar-se quando esta realidade laboral se funde com os novos projectos de lei draconianos aprovados pelo Congresso nos últimos cinco anos? As prisões são uma indústria de expansão fundamental, alimentada pela criminalização da pobreza e pela crescente perda de opções

por parte de uma fatia progressivamente maior da população nacional. Segundo o Secretariado das Prisões dos Estados Unidos, 43% dos homens detidos são negros — pela primeira vez na história ultrapassando em número os brancos, num país onde os negros formam 12% da população. É ainda de notar a perda da cidadania plena e do direito a voto — e, portanto, de influenciar o governo do país — por parte de uma percentagem cada vez maior da população. O *Sentencing Project*, um grupo de investigação sediado em Washington, D.C., estima que um em cada sete homens afro-americanos tenha perdido permanentemente o seu direito ao voto como resultado de uma condenação por crime grave (Weinstein, 1997).

Finalmente, importa tomar nota de que o aumento da população prisional é esmagadoramente devido à detenção por crimes não violentos de pequenos traficantes de droga ocasionais, dentro de um comércio global de 400 biliões de dólares. Segundo as Nações Unidas, «o tráfico de droga equivale a 8% de todo o comércio, um negócio superior a todas as exportações de automóveis e mais ou menos igual ao comércio mundial de têxteis» (Porubcansky, 1997: A3). Também aqui se sente a erosão do princípio da igualdade.

A lei federal estipula uma sentença obrigatória mínima de cinco anos — sem possibilidade de libertação condicional — pela posse de cinco gramas de cocaína *crack*, a droga mais usada pelos negros nos centros urbanos degradados. Em contraste, a posse da mesma quantidade de cocaína em pó, que é extensamente usada pelos brancos dos subúrbios, é um delito punível com pena máxima de um ano. (Johnson Jr. e Farrell Jr., 1995)

Nos Estados Unidos, na televisão, na rádio e em livros escritos por «especialistas» que nunca saberão o que é a exclusão, a privatização e a globalização da economia cruzaram-se com a legitimação do retorno à explicação racial para as desigualdades. Contudo, o Daltonismo Talismânico e as suas funções performativas no espaço público impedem um reconhecimento explícito da cada vez mais intensa crise ideológica e económica por aqueles que aguentam o peso do racismo. Juntamente com uma crise económica cada vez mais profunda no seio dos pobres e das classes médias, é precisamente esta característica que os Estados Unidos partilham com o Brasil.

Enquanto, nos Estados Unidos, a *affirmative action* quase foi destruída pelas políticas sociais de economia que mais promovem a privatização, no Brasil a *affirmative action* tem sido proposta por aqueles sectores que mais apoiam o neoliberalismo. «Ações afirmativas, vindo deste governo não têm validade» (Vilela 1997). Por isso, a *affirmative action* não é identificada com a luta dos negros pelo acesso à cidadania, mas antes com uma componente estrangeira ligada ao neoliberalismo.

**A affirmative
action, a
análise
multipolar e a
supressão do
patriarcado
predatório no
Brasil**

Cabe ressaltar que as políticas de ação afirmativa não foram objecto de reflexão do movimento negro ao longo da sua existência no Brasil. O novo discurso aparece articulado pelo Estado, em um momento de hegemonia do discurso neoliberal, do qual uma das principais premissas é a redução da intervenção do Estado na organização da sociedade, em favor da auto-regulação, através das regras do mercado. Com efeito, há um antagonismo entre as práticas neoliberais do governo FHC (privatização, corte das verbas de programas sociais, desmonte de instituições de assistência sociais etc....) e a defesa de políticas compensatórias e de preferências à população negra. (Martins, 1996: 203)

O que se torna interessante na questão da *affirmative action* no Brasil está relacionado com a campanha bem sucedida de Celso Pitta para Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, levando em conta os seus comentários ao Congresso Continental dos Povos das Américas, em 1995. Durante a sua comunicação, Pitta defendeu a «ação compensatória para proteger a comunidade mais pobre da sociedade» e referiu-se a «políticas compensatórias» (Pitta, 1995). Em resposta a Pitta no Congresso, o representante do Partido dos Trabalhadores, Aloísio Mercadante, fez questão de mencionar «a ideia das quotas nas universidades [...] como discriminação positiva [...] queria comentar» (Mercadante, 1995). Embora Pitta pertença a um partido de direita e Mercadante se situe à esquerda, ambos revelaram um problema de interpretação e de transferência de conceitos de uma sociedade para outra. Pitta não estava a exigir a *affirmative action* como parte de uma arremetida rumo à transformação social, mas sim como números simbólicos que não iriam afectar a vasta maioria dos negros do Brasil, que são pobres e com muito poucas possibilidades de vir a frequentar a universidade. Por sua vez, o uso do conceito de «quotas» por Mercadante demonstra o poder e a projecção internacional

da interpretação da *affirmative action* pela direita dos Estados Unidos. Por isso, os estudiosos têm apontado a complexidade da transferência de conceitos como esse.

A *affirmative action* ou as políticas de igualdade são entendidas quase universalmente [no Brasil] como sistemas de quotas impostos, que são muitas vezes identificados como discriminação invertida (com uma conotação negativa) ou, entre aqueles que lhe são simpatizantes, como «discriminação positiva». (Reichman, 1995:40)

86

Em vista do facto de que tantos negros apoiaram a campanha de Pitta, seria o seu discurso de Novembro parte da campanha eleitoral?

No Brasil, o conceito de *affirmative action* surgiu também durante um período de crescente debate entre os cientistas sociais acerca de quem é negro no Brasil. No entanto, o debate tem lugar entre elites de estudiosos, um grupo de pessoas que não sentirá nem o impacto total da pobreza, nem da experiência de ser negro no Brasil. Os intelectuais são frequentemente incapazes de ter em conta a interligação entre, por um lado, a sua própria identidade, a sua posição, privilegiada, de sujeitos, e, por outro, as análises que produzem numa sociedade dividida pela raça e pela classe.

De facto, a questão de saber a quem assiste o direito de participar no debate empurra o discurso na direcção do Daltonismo Talismânico. Simplesmente, para o Brasil, o «daltonismo» é formulado no contexto da análise «multipolar» das relações de raça, que é a versão actualizada da Narrativa da Democracia Racial, uma «história oficial» que romantiza os processos de mistura racial sexualizada.

Nos seus próprios termos, a democracia racial estava cheia de contradições. A mulata veio a ser um ideal sexual; o mulato ou o negro, não. (Hanchard 1994:55)

Hanchard assinala, assim, correctamente, que o contexto adequado para a avaliação daquela narrativa é uma análise atenta à diferença sexual.

No presente, a raça tornou-se um assunto rentável para os brancos. Nas palavras de um estudante negro de pós-graduação no Brasil, «relações raciais dá dinheiro como tema» (Anónimo, 1995).⁸ DeMott (1990) afirma que os cidadãos dos

⁸ «Anónimo» é um estudante que achou que não podia identificar-se, uma vez que ainda necessita do apoio de membros da elite universitária para aca-

Estados Unidos são incapazes de pensar lucidamente sobre o problema das classes porque existe o mito da inexistência de classes, que ajuda a silenciar o reconhecimento da troca desigual entre grupos nos Estados Unidos. Este autor identifica a situação em que ambos os extremos económicos se definem como classe média como a «média imperial», considerada portanto um centro ideológico englobante. No Brasil, existe uma «morenidade imperial» análoga, nos termos da qual todos os tipos de pessoas se definem como «morenos». Na verdade, têm sido feitos estudos acerca da mulher ideal que revelam que, pelo menos para o brasileiro das classes trabalhadoras, ela é «morena» (Muraro, 1983: 472-477).

Seria, porém, enganoso acreditar que a maioria das mulheres louras brasileiras sente pressão para se definir desta forma, pois a cultura brasileira associa um valor considerável à cor branca e atribui uma qualidade especial ao louro, particularmente no caso das mulheres. São as pessoas de raças mistas, cuja hereditariedade electiva se afasta dos negros ou africanos explícitos, que são levadas a representar-se como morenas. Todavia, alguns cientistas sociais brasileiros identificam essa posição simplesmente como uma expressão positiva da neutralidade da raça em contexto. Na sua crítica a Hanchard, Fry revela as formas como a análise multipolar estabelece os termos do debate acerca de quem é negro no Brasil.

Os modos bipolar militante e múltiplo são radicalmente distintos um do outro. O modo múltiplo permite que indivíduos possam ser classificados de distintas maneiras. [...] Permite o que podemos chamar de «desracialização» da identidade individual. Os termos «moreno» e «moreninho» podem ser aplicados, como vimos acima, a uma grande gama de «aparências», a uma descendente de alemães, bem como, na vida cotidiana, aos indivíduos com as feições associadas a África. [...] O Movimento Negro, então, quis romper com o modo múltiplo, mudando as regras do jogo. E fez com tanta energia que começou a negar qualquer especificidade brasileira, descrevendo o país como «pior que o apartheid», por exemplo. [...] O modo bipolar e o modo militante tem seu *locus classicus* nos Estados Unidos. [...] Lá, a taxinomia racial consiste em apenas duas categorias. [...] Assim, mesmo tendo sete bisavós europeus e um africano, é este que determina o status de um africano-americano. Este modo de classificação se produziu num contexto intelectual em que se acreditava que,

na prole das uniões sexuais entre indivíduos de «raças» distintas, a «raça inferior» seria sempre a dominante, «manchando» a «pureza branca». [...] O modo bipolar militante não é «correto». [...] Ambos os modos, baseados em noções neo-lamarckianas de descendência, são racistas, mas o modo americano/militante/bipolar endossa a noção racista de que basta uma gota de «sangue negro» para «poluir» a «pureza branca» e produzir um mundo de raças essencializadas. (Fry, 1995-1996: 132-133)

O que nos interessa aqui é a ligação que Fry estabelece entre o «bipolar» e o «militante» (Hanchard, 1996). Segundo Fry, é o militante negro quem usa a análise «bipolar» no Brasil, rejeitando a «especificidade brasileira» e apelando ideologicamente para o apoio dos Estados Unidos — e, presumivelmente, da identidade negra americana. Mas qual apareceu primeiro, a presença negra no Brasil ou a «especificidade brasileira»? Fry inclina-se para um «Daltonismo Talismânico» que é tão funcional no Brasil como nos Estados Unidos. E se uma pessoa viver o Brasil de um modo bipolar, como uma série de acontecimentos catastróficos nos quais a discriminação é naturalizada? Muitos brasileiros defendem que, para os que têm fenótipo da África Ocidental, esse binarismo é uma constante. O apelo aos brasileiros para que louvem e procurem a expressão multipolar das relações raciais resulta numa clara recusa em admitir e reconhecer o sofrimento que efectivamente existe. Portanto, a análise multipolar evita uma resistência unificada contra o racismo que alguns cidadãos sentem.

Fry está correcto ao associar a crítica ao modelo bipolar dos Estados Unidos com a intenção original de proteger os brancos contra a poluição biológica. Contudo, ao recusar reconhecer que a expressão bipolar brasileira das relações raciais — no contexto da qual nem componentes de classe nem de diferença sexual podem mediar a identidade de cada pessoa — é uma realidade para largos segmentos da população brasileira, Fry remete estes sectores à mudez e des-historiza a sua realidade. As pessoas que de facto articulam esta realidade são depreciativamente rotulados como «militantes» e advertidos de que a menção do contexto racial que observam é sinal da sua sujeição às ideias de estrangeiros poderosos.

Aquilo a que Fry chama o modelo «bipolar» tem sido referido pelos antropólogos como a hipodescendência e, na cultura popular dos Estados Unidos, como a «Regra de uma Gota Só» (*One Drop Rule*). A hipodescendência definia a

situação de acordo com a qual uma pessoa herdaria *ad infinitum* a identidade social do progenitor menos prestigiado, geração após geração. No entanto, a hipodescendência só se refere a pessoas de ascendência africana; nenhum outro grupo teve de se debater com este modelo de identidade social. Mas, no século XX, a *One Drop Rule* tem vindo a ser transferida — pelos próprios negros — do conceito de poluição para um conceito de inclusão (Davis, 1991; Gilliam e Gilliam, 1995: 527-578). Com efeito, a proposta do Governo dos Estados Unidos de acrescentar uma categoria multi-racial ao censo nacional foi combatida por razões diferentes das que Fry imagina.

Durante 70 anos, após a instituição do censo em 1790, um americano era livre ou escravo, branco ou negro. Infelizmente, uma comissão federal rejeitou esta semana a proposta de uma categoria multi-racial, manifestando a preocupação de que ela iria «aumentar a tensão racial e facilitar a fragmentação da nossa população». [...] Alguns activistas das minorias sustentam que indivíduos de raça mista com um progenitor negro deviam ser considerados negros; outro procedimento iria diluir o seu número e ameaçar o seu poder político. (*The Seattle Times*, 1997b: B4)

Os negros brasileiros utilizam cada vez mais esta formulação como um ponto de auto-identificação. Isto é especialmente predominante entre mulheres cujos fenótipos as poderiam posicionar como «mulatas» ou «morenas», mas que rejeitam essa identidade, seja por motivos políticos, seja em virtude do opróbrio histórico inerente a essa classificação no seio da tradição colonial das plantações.

Alguns cientistas sociais brasileiros têm afirmado que uma identidade racial que define como negro tantos tons de pele possíveis é uma visão de militantes negros, inadequada aos valores brasileiros dominantes. De acordo com suas análises, esta identidade racial agressiva estaria enraizada no racismo norte-americano que opera apenas com «negro» ou «branco» e, portanto, é bipolar. [...] Embora o conceito de mulata como categoria étnica possa existir na narrativa da democracia racial do Brasil patriarcal, as mulheres brasileiras recusam serem vistas daquela forma e, muitas vezes, se definem como negras, talvez para ganharem o respeito que é frequentemente recusado às mulatas. Muitas mulheres brasileiras vêm afirmando [isto] há anos... (Gilliam e Gilliam, 1996)

Como Santos, porém, esclarece, «a conquista da honra e do respeito para as mulheres de pele mais clara que se definem a si próprias como 'negras' não vai muito além dos limi-

tes da comunidade negra» (Santos, 1997). No entanto, o rótulo de «morena» é por vezes utilizado como uma forma de escapar à identidade africana. É a recusa em usar esta fuga que granjeou a algumas mulheres a classificação de militantes, já que, em muitas partes da América Latina, a auto-identificação como «negro» corresponde a uma declaração política.

Como em S. Salvador, a palavra para «black» — *negro* — tem uma conotação agressiva em *La Costa Chica*. A palavra *moreno* é usada eufemisticamente em seu lugar e possui muitos derivativos linguísticos com significados semelhantes. A forma aumentativa, *morenote*, significa «grande e de cor escura»; o diminutivo é *morenito* e tanto pode querer dizer «pequeno e de cor escura», como ser afectuoso e, neste caso, o termo pode suavizar o significado cultural da própria palavra. A repetição — *moreno, moreno* — é enfática, dizendo respeito principalmente à pigmentação e significa «verdadeiramente negro». Todas as palavras acima são substantivos ou adjectivos e são por vezes usadas na forma feminina de *morena* ou *morenita*. O aumentativo é quase sempre masculino (Gilliam, 1988: 527).

«Moreno» é uma categoria positiva em toda a América Latina e as suas qualidades eufemísticas chegaram até a ser transferidas para os Estados Unidos, onde os porto-riquenhos de Nova Iorque, por exemplo, usam o termo na acepção de «afro-americano».

Sansone também acredita que aqueles que usam o termo «negro» têm um conhecimento do racismo mais comprometido socialmente, embora assegure que estas perspectivas são «radicais».

Os entrevistados que usam o termo «negro» são normalmente aquela minoria que melhor consegue verbalizar a noção de preconceito e racismo e que tem ideias mais definidas e, às vezes, radicais em relação a isso. (Sansone, 1992)

Talvez influenciado pelo debate crescente e posicionando-se no contexto brasileiro em torno da discussão acerca de quem é negro, Sansone vem depois a reflectir uma posição menos maleável, que reforça a crítica de Fry sobre as opiniões supostamente «bipolares».

Estes são aspectos frequentemente descuidados pelo olhar «lusóforo» daqueles pesquisadores — penso sobretudo em Skidmore (1994), cuja maior preocupação parece ser a crítica da «ambiguidade» das relações raciais à brasileira — que parecem

fascinados por uma hipotética polarização racial no Brasil. (Sansone, 1996: 215)

No seu apoio à posição de Fry, Sansone usa um argumento eurocêntrico para identificar como lusófbos os estudiosos que não apreendem a «ambiguidade» das relações raciais brasileiras. Mas para quem é que estas relações são ambíguas? A criada para quem o emprego é a reprodução literal do papel histórico da escrava idealizada como *mãe preta*? O indígena, que deixa a aldeia em busca de assistência médica de emergência num centro urbano? Tal como White salienta com respeito à situação dos Estados Unidos, «certamente existe alguma relação entre a ideia da *Mammy*, os empregos no sector doméstico e dos serviços prontamente oferecidos às mulheres negras, e a sua quase exclusão de outros tipos de trabalho» (White, 1990: 165). *Há* negros e indígenas que «têm vergonha de ser discriminados» e, por essa razão, negam o que lhes acontece no dia a dia. Isto é particularmente verdade no tocante àqueles com probabilidades de ascendência na escala social. Mas para os que se situam no fundo da hierarquia social, não há qualquer «polarização racial hipotética». Ignorá-los é ser culpado também de parcialidade classista.

Para investigadores que controlam a entrada no mundo académico, fazer essa afirmação é introduzir subrepticamente a narrativa daltónica na interpretação da realidade brasileira.

Em trabalho apresentado numa conferência recente, Hanchard identificou Fry e Sansone como parte de um grupo de neo-freyrianos, visto que o modelo multipolar apoia a posição de Gilberto Freyre de que a miscigenação e a hibridéz conduziram à democratização das relações sociais (Hanchard, 1997).

Há dois aspectos a ter em conta nesta discussão. Em primeiro lugar, a análise multipolar não se confronta com o «*factor da mestiçagem*». O apoio ainda poderoso de que goza a narrativa sexualizada da vida nas plantações não evita a questão da violência histórica. No padrão histórico da mistura racial na economia de plantação colonial clássica, o parceiro masculino pertencia a uma raça e classe e a mulher, a uma raça e classe subordinadas. «A ideologia da miscigenação é central na narrativa patriarcal da antiga economia de plantação colonial» (Gilliam e Gilliam, 1995). Em segundo lugar, o papel da mulher negra na formação da cultura nacional não é

reconhecido em lugar nenhum da «ambiguidade» multipolar. Além disso, a violência histórica contra essas mulheres continua a ser romantizada, pelo que há uma erotização da desigualdade estrutural entre os homens da elite e as mulheres subalternas que sobrevive. Como advertiu Ramos-Bennett na sua crítica ao romancista da Baía Jorge Amado, a «mulata» ocupa na imaginação nacional brasileira o lugar da tentadora que determina o comportamento de homens virtuosos da classe dominante (Ramos-Bennett, 1995). Este «factor da mestiçagem» teve a sua história durante a escravatura. «Os críticos da escravatura sabiam, embora hesitassem em dizê-lo, que as escravas simplesmente não estavam a salvo da sexualidade predatória branca» (Walvin, 1996: 108). É esta a raiz da «ambiguidade» da história das relações raciais que os neo-freyrianos se recusam a assumir. Opondo-se à afirmação de Jorge Amado de que a única solução para o problema racial é a mistura das raças,⁹ Norvell iniciou uma interrogação crítica da violência envolvida na questão da mestiçagem.

Há muito a dizer sobre esta breve citação: a sexualização da autenticidade cultural como feminina; a pretensão inequívoca de que a cultura brasileira propriamente dita é mestiça; a equivalência estabelecida entre os termos mestiça e mulata, «raça» e «cultura»; a afirmação de que os «grandes princípios» da civilização brasileira têm raízes rácio-culturais, e raízes que estão misturadas. O mais espantoso para mim é o facto de que... o lugar de produção de tudo isto é o leito do amor. Neste leito, o que aparentemente se unia não eram pessoas, mas raças, sangues e culturas, nas suas formas cruas, mediadas apenas pelo acto sexual. Nesta perspectiva, o Brasil é uma nação de raças, que foi, literalmente, *feita na cama* ... (Norvell 1997)

Após a emancipação, a racionalização da violência — violência física ou violência sexual — contra mulheres em posição subalterna veio a ser directamente associada à prevalência da «impunidade» no seio das famílias das classes altas. Um elemento vital desta impunidade é a expectativa de que quem faz trabalho doméstico esteja disponível sexualmente para os homens do agregado familiar. O poder sócio-económico das elites inspira medo nos empregados domésticos, que são relutantes sequer em queixar-se das suas condições miseráveis de trabalho. Segundo um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de S. Salvador da

⁹ Na sua comunicação, Norvell cita o artigo de jornal em que esta afirmação é feita: «Jorge Amado ganha medalha da Câmara de Salvador e defende a mistura racial», *Jornal do Brasil*, 1 de Dezembro de 1984, p. 9.

Baía, a violência pode mesmo conduzir à morte de trabalhadores domésticos.

A violência contra empregados domésticos na Baía é muito grande. Mas a característica mais deprimente do trabalhador doméstico é a falta de auto-estima. [...] Uma empregada foi violada pelo filho [da casa], que mais tarde a acusou de ter roubado cem cruzeiros para fazer um aborto. [...] A polícia agrediu-a de tal maneira que acabou por morrer. A moça não tinha querido contar à mãe [...]. (Oliveira, 1995)

93

Sem se confrontar com estes aspectos da história e do momento actual, o modelo multipolar não permite compreender como a transformação da economia global continua, por exemplo, a promover a transformação das mulheres e das crianças em mercadoria. À medida que as mulheres foram perdendo os seus direitos em todo o mundo, a «troca desigual» incorpora-as cada vez mais numa nova indústria de expansão. Como outras mulheres migrantes pobres, que viajam sem protecção nem capital cultural ou de outro tipo, as mulheres brasileiras pobres foram sendo classificadas cada vez mais como elementos de um comércio sexual que cresce à escala global, o que acontece em parte devido à tradição de romantizar e «não falar» do patriarcado predatório. A extensão da narrativa da «mestiçagem» até ao século XX desintegra as capacidades de poder e autoridade das mulheres sobre as suas vidas. Sendo verdade que a análise bipolar condensa na relação entre os grupos indígenas e os brancos as questões geradas pela experiência de vários grupos étnicos africanos e europeus, a categoria multipolar de pesquisa intelectual elide a sexualidade predatória que afectou ao longo da história as vidas das mulheres indígenas e das mulheres negras. Nenhum destes modelos de análise está isento de problemas — e críticos culturais, como Paul Gilroy, sugerem que os povos de todo o «Atlântico Negro» se sentiram apanhados entre ambos.

A parte surpreendente é que Gilroy rejeita a criouliização e outras teorias mais antigas sobre a identidade caribe — como a *métissage*, *mestizaje* e hibridez —, achando qualquer delas tão inadequada como a dinâmica maniqueísta do branco e do negro na definição da identidade negra. (Balutansky 1997: 242)

Negar a capacidade de iniciativa a esses descendentes de escravos que optam por apropriar-se da hipodescendência em seu favor é reproduzir o seu silenciamento, ao mesmo

**A relação
entre a
subjectividade
e a actividade
científica**

tempo que torna mais difícil compreender por que é que tantos negros brasileiros procuram a *affirmative action* apesar do seu apadrinhamento neo-liberal. Tudo isto está relacionado com a eterna demanda da cidadania plena.

Para negros e mulheres, o processo de construção da identidade é fundamentalmente o esforço pela conquista da cidadania plena, da legitimação do exercício da liberdade, do reconhecimento da pluralidade. (Ribeiro 1995: 24)

À medida que os negros brasileiros procuram meios de reinvenção das identidades individuais e colectivas, confrontam-se crescentemente com os «peritos» institucionais em matéria da vida dos negros, os «negrólogos». ¹⁰ Estes porteiros da academia agarram-se firmemente ao poder, o que faz com que os negros continuem à margem da possibilidade de produzir análises alternativas da sociedade brasileira. O problema com que muitos estudantes negros se deparam quando tentam ligar as suas análises com o activismo político tem de ser relacionado com a falta de esforço da parte da elite de especialistas em matéria de raça — os «negrólogos» — em estimular as análises alternativas, que ameaçariam o seu papel de guardiões.

Há muito poucos estudantes negros de pós-graduação no Brasil por causa das obstruções a todos os níveis. Foi-me dito que devia abandonar a militância — que não havia lugar para esta na universidade. O negro só pode ter ascensão teórica se se meter na teoria intelectual, isenta de qualquer compromisso político contra o racismo. Os estudantes negros do Brasil estão mergulhados em contradição e tensão. Para completar a universidade, acabamos por ocupar mais espaço branco, porque, para lá chegarmos, temos de abandonar as nossas relações com a comunidade negra e a sua luta contra o racismo, caso contrário, seremos vistos como militantes. (Anónimo, 1995)

Embora seja permitido às mulheres estudar e escrever sobre as mulheres e o feminismo, os negros têm de separar o estudo e a sua identidade étnica e as lutas relacionadas com ela, caso contrário, são rotulados como essencialistas.

¹⁰ Adopto o termo «negrólogo» do intelectual senegalês Stanislas Adotevi (1972), que desafiou os escritores africanos a participarem mais plenamente nos esforços dos seus povos para melhorarem as suas vidas, não se limitando apenas às palavras. Embora Adotevi também use o termo de modo crítico, tomei a liberdade, ao traduzi-lo para português, de lhe dar um sentido diferente.

Não existe, presumivelmente, qualquer relação entre a posição como sujeito de alguns investigadores de elite e o seu apoio à análise multipolar. Todavia, essa posição baseia-se, inegavelmente, na teoria de que a mistura racial é prova da ausência de racismo e está enraizada na defesa da «morenidade imperial».

É irónico que, na sua recensão de *Raça, Ciência e Sociedade*, Skidmore tenha tomado nota da crítica de Sansone à sua teoria e às análises «bipolares» supostamente propostas por estrangeiros, mas não tenha interrogado a posição de Sansone enquanto ele próprio estrangeiro.

95

Como se poderia prever, nem todos os pontos são objetos de consenso. Ao discutir os tempos de hoje, Livio Sansone despreza o argumento de que haveria «uma hipotética polarização racial no Brasil» (pág. 215), argumento que, segundo ele, é proposto por estudiosos estrangeiros. (Skidmore 1997)

Haverá uma relação entre a posição pessoal de Sansone — ou a de Fry — enquanto homens europeus e o forte apoio à análise multipolar?

Com isto não se pretende dizer que um investigador estrangeiro não possa compreender a realidade brasileira a partir da posição dos menos privilegiados. Veja-se a seguinte apreciação da contribuição de Hasenbalg feita por um estudante de pós-graduação brasileiro e negro.

Hasenbalg (1979), apesar de endossar o principal argumento de [Florestan] Fernandes sobre o processo de marginalização dos negros [...] surge como o primeiro crítico vigoroso e profundo das teses dos membros da «escola paulista de relações raciais», afirmando serem o racismo e a discriminação racial as principais causas da marginalização dos negros, não só após a abolição, como até hoje. (Santos, 1997a: 124)

Porém, na sua intervenção no Seminário Internacional patrocinado pelo Ministério da Justiça de Brasília em 1996, Hasenbalg usou publicamente a palavra «dicotómico» para se referir à análise das relações raciais no Brasil e noutros lugares, revelando, assim, que não se interrogou sobre as implicações do modelo multipolar da pesquisa intelectual.

É Santos quem remata o debate sobre quem é negro no Brasil, fazendo notar que a questão se resolve facilmente com a pergunta «Quem é discriminado no Brasil?» (Santos, 1997b). Além disso, é a recusa de alguns em admitir que a discriminação existe que se assemelha ao Daltonismo Talis-

mânico dos Estados Unidos — a posição segundo a qual «só os racistas reparam na raça».

Como investigadora afro-americana provida das classes trabalhadoras, a minha posição pessoal tem estado irremissivelmente ligada à minha actividade científica. Senti a *affirmative action* como uma reforma originada pelo Movimento dos Direitos Cívicos e um passo certo na direcção de uma cidadania abrangente. Quando entrei para a universidade como estudante de licenciatura, não pude ficar no dormitório dos estudantes da Universidade da Califórnia, porque a política da universidade não permitia o alojamento de negros. Além disso, quase todos os empregos que tive nos Estados Unidos estiveram relacionados com a influência da *affirmative action* no conjunto da sociedade americana. Foi assim que o facto de eu falar espanhol e português acabou por ser visto como uma habilitação positiva numa sociedade multicultural, ao invés de algo a esconder, tornando possível a obtenção do lugar que actualmente ocupo como professora. Entrei num espaço tornado possível graças ao activismo nas ruas e essa é uma dívida gravada na minha alma. Por esta razão, sou de opinião que os trabalhadores comuns têm de tomar parte nos debates teóricos que explicam as perplexidades contemporâneas das suas vidas. Mesmo sem me identificar conscientemente como uma pessoa negra, já me foi negada — enquanto pessoa *negra* — a entrada nos elevadores sociais ou em clubes privados no Brasil. Foi para mim uma honra o convite do Ministério da Justiça brasileiro para participar no Seminário Internacional «Multiculturalismo e Racismo: O Papel da Ação Afirmativa no Estado Democrático Contemporâneo», em Julho de 1996. Porém, foi também contraditório ser, no primeiro dia, um dos poucos negros no estrado, juntamente com outros estudiosos brancos da situação racial no Brasil, ao passo que o público estava repleto de dirigentes negros de todo o país que tinham vindo assistir. Só depois de Arnaldo Jabor, um conhecido jornalista, ter manifestado do estrado curiosidade em saber por que é que tinha sido convidado como especialista de relações raciais, quando nada percebia do tema, e ter convidado Abdias do Nascimento (agora senador pelo Rio de Janeiro) a falar em seu lugar, é que houve participação da plateia.

Esta participação foi aumentando à medida que o congresso ia prosseguindo, de modo que, no último dia, foi dado mais espaço aos problemas manifestados pelos próprios negros. Edson Cardoso deu voz a um aspecto que fundiu o

problema da posição do sujeito e a crítica à perspectiva multi-
polar.

Os encarregados do recenseamento podem ver tanto os italianos quanto os alemães como brancos. Contudo, a sua visão fica dificultada quando caracterizam a minha mãe como «negra» e a mim como «pardo». Porque é que, para efeitos do recenseamento, tenho que ser separado da minha mãe, mesmo que não tenha decidido assim? [...] Somos vistos como infantis manipulados pela raça, mas quem está a pressionar o governo para que mude é o movimento negro. (Cardoso, 1996)

97

A razão pela qual as elites dos dois países são frequentemente incapazes de entender o racismo a partir da perspectiva daqueles cujas oportunidades têm sido restringidas por ele, deve-se à força da identificação com as matrizes discursivas dominantes em cada país. A teoria dos ricos ou privilegiados não tem de representar necessariamente o conhecimento especializado mais exacto sobre questões de política social relacionadas com a raça, a classe e a diferença sexual. Tanto no Brasil como nos Estados Unidos, são os menos privilegiados quem está a sofrer o choque das políticas neoliberais, além de que o «saber» raramente é «objectivo» e livre de determinações políticas. Os académicos responsáveis têm de encorajar os que são «objectos de estudo» a interrogar as interpretações académicas que são difundidas a seu respeito. ■

Tradução de Maria José Canelo

Referências Bibliográficas

98

- | | | |
|----------------------------------|-----------|--|
| Adotevi, Stanislas | 1972 | <i>Négritude et Négrologues</i> . Paris: Union Générale d'Éditions. |
| Anônimo | 1995 | Entrevista pessoal, 8 de Janeiro. |
| Applebome, Peter | 1997 | «Affirmative Action Ban Changes a Law School», <i>The New York Times</i> , 2 de Julho, A10. |
| Balutansky, Kathleen M. | 1997 | «Appreciating C. L. R. James, a Model of Modernity and Creolization», <i>Latin American Research Review</i> 32 (2), 233-43. |
| Barnes, Arthur Jr. | 1997 | Entrevista pessoal, 18 de Maio. |
| Bearak, Barry | 1997 | «Between Black and White — A Special Report: Questions of Race Run Deep for Foe of Preferences», <i>The New York Times</i> , 27 de Julho, 1. |
| Bell, Derrick | 1997 | «Protecting Diversity Programs From Political and Judicial Attack», <i>The Chronicle of Higher Education</i> , 4 de Abril, B4-5. |
| Buck, Pem | 1994 | «Arbeit Macht Frei: Racism and Bound Concentrated Labor in US Prisons», <i>Urban Anthropology and Studies of Cultural Systems and World Economic Development</i> . 23 (4), 331-7. |
| Cardoso, Edson | 1996 | Comentário no seminário internacional «Multiculturalism and Racism: The Role of Affirmative Action In Contemporary Democracies», organizado pelo Ministério da Justiça em Brasília, 2-4 de Julho. |
| Crenshaw, Kimberle Williams, | 1997 | «Color-blind Dreams and Racial Nightmares: Reconfiguring Racism in the Post-Civil Rights Era», in Morrison, T./Lacour, Claudia Brodsky (orgs.), <i>Birth of a Nationhood</i> . New York: Pantheon. |
| D'Amico, Debbie | 1996 | Entrevista pessoal, 24 de Dezembro. |
| Davis, Angela Y. | 1997 | «Race and Criminalization: Black Americans and the Punishment Industry», in Wahneema Lubiano (org.), <i>The House that Race Built: Black Americans, U.S. Terrain</i> . New York: Pantheon. |
| Davis, F. James | 1991 | <i>Who is Black? One Nation's Definition</i> . University Park: The Pennsylvania State University Press. |
| DeMott, Benjamin | 1990 | <i>The Imperial Middle: Why Americans Can't Think Straight About Class</i> . New York: William Morrow and Co. |
| D'Souza, D. | 1995 | <i>The End of Racism</i> . New York: The Free Press. |
| DuBois, W.E.B. | 1992 | <i>Black Reconstruction in America 1860-1880</i> . New York: Simon & Schuster [1935]. |
| Fry, Peter, | 1995-1996 | «O que a Cinderela Negra Tem a Dizer sobre a 'Política Racial' no Brasil», <i>Revista USP</i> 28 (Dossier Povo Negro — 300 anos). |
| Gilliam, Angela | 1988 | «Tell-tale Language: Race, Class, and Inequality in Two Latin American Towns», in Johnetta B. Cole (org.), <i>Anthropology for the Nineties</i> . New York: The Free Press. |
| Gilliam, Angela; Gilliam, Onik'a | 1995 | «Negociando a Subjectividade da Mulata no Brasil», <i>Estudos Feministas</i> 3 (2), 525-543. |

- | | | |
|---------------------------|------|--|
| Gilliam, Angela; | 1996 | « <i>Raça Brasil: Por Quem, Para Quem?</i> », <i>Cadernos PAGU</i> , 6/7. |
| Gilliam, Onik'a | | |
| Gilliam, Angela | 1997 | «The Brazilian Mulata: Images in the Global Economy», comunicação ao encontro de 1997 da Latin American Studies Association (Guadalajara, México, 17-19 de Abril). |
| Gingrich, Newt; | 1997 | «Face the Failure of Racial Preferences», <i>The New York Times</i> , 15 de Junho, E15. |
| Connerly, Ward | | |
| Greve, M. | 1996 | «Ruling Out Race: A Bold Step to Make Colleges Color-blind», <i>The Chronicle of Higher Education</i> , 29 de Março, B2. |
| Hale, Charles | 1997 | «Color-Blind Racism: Notes from Guatemala on an American Puzzle», XX Congresso Internacional da Latin American Studies Association (Guadalajara, México, 17-19 de Abril). |
| Hanchard, Michael | 1994 | <i>Orpheus and Power: The Movimento Negro of Rio de Janeiro and São Paulo, Brasil, 1945-1988</i> . Princeton: Princeton University Press. |
| Hanchard, Michael | 1996 | «'Americanos', 'Brasileiros' e a Cor da especificidade Humana: Uma Resposta a Peter Fry», <i>Revista USP</i> 31, 164-175. |
| Hanchard, Michael | 1997 | «Americanism and Brazilianism», XX Congresso Internacional da Latin American Studies Association (Guadalajara, México, 17-19 de Abril). |
| Hasenbalg, Carlos | 1979 | <i>Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil</i> . Rio de Janeiro: Graal. |
| Hasenbalg, Carlos | 1996 | Comunicação ao seminário internacional «Multiculturalism and Racism: The Role of Affirmative Action In Contemporary Democracies», organizado pelo Ministério da Justiça em Brasília, 2-4 de Julho. |
| Johnson, Jr., J.; | 1995 | «Race Still Matters», <i>The Chronicle of Higher Education</i> , 7 de Julho, A48. |
| Farrel, Jr., W. | | |
| Lilly, J. R.; | 1991 | «Prisonomics: The Iron Triangle», <i>The Angolite</i> , Julho/Agosto. |
| Knepper, P. | | |
| Martins, | 1996 | «Ação afirmativa e desigualdade racial no Brasil», <i>Estudos Feministas</i> 4 (1). |
| Sérgio da Silva | | |
| Mercadante, Aloisio | 1995 | Comunicação ao Congresso Continental dos Povos Negros das Américas (São Paulo, 21-25 de Novembro). |
| McKissick, Floyd | 1969 | <i>Three-Fifths of a Man</i> . London: Macmillan. |
| Muraro, Rose Marie | 1983 | <i>Sexualidade da Mulher Brasileira: Corpo e Classe Social no Brasil</i> . Petropolis: Vozes. |
| <i>The New York Times</i> | 1997 | «Segregation Anew», 1 de Junho, E16. |
| Norvell, John | 1997 | « <i>Feito na Cama: Race Mixture and Genealogies of Brazilian Civilizations</i> », XX Congresso Internacional da Latin American Studies Association (Guadalajara, México, 17-19 de Abril). |
| Oliveira, Creuza Maria | 1995 | Entrevista pessoal, 20 de Fevereiro. |
| Parenti, Christian | 1996 | «Making Prison Pay», <i>The Nation</i> , 29 de Janeiro, 14. |
| Pear, Robert | 1997 | «G. O. P. (The Republican Party) in House Moves to Bar Minimum Wage for Workfare», 12 de Junho, A 18. |
| Pitta, Celso | 1995 | Comunicação ao Congresso Continental dos Povos Negros das Américas (São Paulo, 21-25 de Novembro). |

- Porubcansky, Mark J. 1997 «UN: Drug dealing is 8% of all Trade», *The Seattle Times*, 26 de Junho, A3.
- Prison Labor*, 1996 Filme realizado por Reese Ehrlich para a Televisão do Norte da Califórnia, *We Do the Work*, Parte #526.
- Ramos-Bennett, 1995 «*Gabriela, Cravo e Canela* — Jorge Amado and the Myth of the Sexual Mulatta in Brazilian Culture», comunicação à Nona Conferência Anual sobre o Romance de Língua Espanhola (Universidade do Texas-Panamerican, Edinburgh, Texas, 16 de Maio de 1995).
- Reichmann, Rebecca 1994 «Brazil's Denial of Race», *NACLA: Report on the Americas*, *BRAZIL: The Persistence of Inequality*, XXVIII (6), 35-43.
- Ribeiro, Matilde 1995 «Tomar-se negra: construção da identidade de gênero e de raça», *Revista Presença de Mulher* VII (28), 22-25.
- Rideau, Wilbert; 1992 *Life Sentences: Rage and Survival Behind Bars*. New York: Times Books.
- Wilkberg, Ron 1996 *African Images: Racism and the End of Anthropology*. Berg: Oxford.
- Rigby, Peter 1996 *The Wages of Whiteness: Race and the Making of the American Working Class*. London: Verso.
- Roediger, David 1991 «Cor, classe, e modernidade em duas áreas da Bahia (algumas primeiras impressões)», *Estudos Afro-Asiáticos* 23, 143-173.
- Sansone, Livio 1992 «As relações raciais em Casa Grande e Senzala revisitadas à luz do processo de internacionalização e globalização», in Maio, Marcos Chor/Santos, Ricardo Ventura, *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Sansone, Livio 1996 *A formação do mercado de trabalho livre em São Paulo: Tensões raciais e marginalização social*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília.
- Santos, 1997a Entrevista pessoal, 1 de Julho.
- Sales Augusto dos 1997b Entrevista pessoal, 18 de Maio.
- Santos, Thereza 1997 Entrevista pessoal, 12 de Maio.
- Scott, Tyree 1997a «Giving Voice to Working Folks around the World», *Seattle Post-Intelligencer*, 15 de Junho.
- Scott, Tyree 1997b «Affirmative Action Ban Cuts Cal Law Sign-Ups», 27 de Junho, A11.
- The Seattle Times* 1997a «Editorial — It's Time to Break out of Our Old Racial Boxes», 11 de Julho, B4.
- The Seattle Times* 1997b CBS Television, «Prison Incorporated», 20 de Outubro.
- Sixty Minutes* 1996 CBS Television, «Racial Tracking», 29 de Junho.
- Sixty Minutes* 1997 «As Marcas do Preconceito», *Caderno MAIS*, 4 de Maio, 5-11.
- Skidmore, Thomas 1997 *Ethnic Images*. Chicago: National Opinion Research Center.
- Smith, Tom 1990 Entrevista pessoal, 15 de Março.
- Smith, Tom 1996 «Court's 'Color Blindness' Masks a Fixation on Race», *The Seattle Times*, 21 de Junho, B4.
- Tang, Terry 1996 Entrevista pessoal, 23 de Maio.
- Vilela, Salaciel 1997

- Walvin, James 1996 *Questioning Slavery*. London: Routledge.
- Weinstein, Henry 1997 «1 in 7 Black Men are Kept From Voting, Study Finds», *The Los Angeles Times*, 30 de Janeiro.
- White, Deborah Gray 1990 *Ar'n't I a Woman?: Female Slaves in the Plantation South*. New York: W.W. Norton & Company.